

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMAZÔNIA.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014
(do Senhor Deputado Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o aumento do desmatamento na Amazônia no último ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o aumento do desmatamento na Amazônia no último ano como reflexo da política de grandes obras do governo federal na região.

Nesse sentido, requeiro que sejam convidados:

- Adalberto Veríssimo, pesquisador do Instituto Imazon;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente; e
- Representante do INCRA.

Justificativa

Segundo o Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia-, o desmatamento na Amazônia aumentou no último ano após quase uma década de redução drástica, acionando um alerta sobre o delicado momento atravessado pela maior floresta tropical do planeta. Entre agosto de 2012 e junho de 2013, o Instituto detectou um aumento de 100% do desmatamento, contra um índice de 30% apresentado pelos dados provisórios do governo.

O Brasil conseguiu reduzir o desmatamento de sua floresta para 4.571 km² em 2012, o menor em décadas, após o alarmante máximo de 27.772 km² em 2004. Entretanto, os dados do último período de medição mostraram um aumento significativo, ainda que o governo insista que os dados definitivos somente serão conhecidos no final do ano com informações mais precisas de satélites.

Um dado relevante é que esse aumento coincide com o afrouxamento da legislação ambiental. Em outubro foi sancionada a reforma do Código Florestal, impulsionada pela bancada ruralista. Rumores de que os produtores seriam anistiados foram apontados como uma das razões para o aumento recente do desmatamento.

Há também a política das grandes obras na região. O governo federal continua impulsionando obras de infraestrutura e logística, como hidrelétricas, estradas e portos, que, apesar de melhorarem a perspectiva de desenvolvimento econômico, estimulam a especulação de terras e agravam o desmatamento. Além disso, não cria novas áreas protegidas, nem demarca novas terras indígenas, que são barreiras ao desmatamento.

Outra contribuição importante vem dos programas de assentamento de camponeses sem terra, onde foi denunciado um significativo aumento da devastação. Pressionado, o INCRA se comprometeu, na semana passada, a

reduzir em 80% até 2020 o desmatamento nos territórios da Amazônia entregues a esses agricultores.

Se o governo não consegue conter o aumento do desmatamento, está claro que a política para a região tem que ser revista. Nesse sentido, solicito apoio dos pares para a realização dessa audiência pública, na qual poderemos questionar a falta de medidas para mitigar os impactos ambientais causados por esse modelo de desenvolvimento.

Sala das Reuniões, de 2014.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA